

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico DIMET 353/2006
Processo COPAM:309/2001/002/2006

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: **INDUSTRIA METALURGICA MORATORI LTDA**

Empreendimento:

Atividade: fabricação de outros artigos de metal não especificados Classe/Porte: Médio ou não classificados, com tratamento químico superficial, exclusive móveis.

Localização:

Endereço: Av JK – 5187 – Bairro Nova Era

Município: Juiz de Fora/MG

Referência: **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3377/2005**

Infração: Gravíssima

1 - INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico refere-se ao Auto de Infração nº 3377/2005, lavrado contra a INDUSTRIA METALURGICA MORATORI LTDA em 20/12/2005. A empresa foi autuada pela infração grave: descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”.

A empresa, localizada à Av.JK 5187, Bairro Nova Era, na cidade de Juiz de Fora, desenvolve a atividade de fabricação de artigos de metal, com tratamento químico superficial, galvanotécnico e pintura, destinados a indústria da construção civil.

Baseado na vistoria realizada em 24/11/2005, foi lavrado o auto de infração nº 3377/2005 em 20.12.2005, por estar a mesma em desacordo com o estabelecido no art. nº 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002.

Divisão de Indústria Metalúrgica e de Minerais Não Metálicos – DIMET		Diretoria de Licenciamento de Atividades Industriais e Minerárias - DIRIM
Autores: Newton Pascal Tito Oliveira Livia Afonso Moura (estagiária)	Gerente: Angelina Maria Lanna de Moraes	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura: <i>Newton Pascal Tito Oliveira</i> Data: 22 / 12 / 2006	Assinatura: <i>Angelina Maria Lanna de Moraes</i> Data: 10/01/07	Assinatura: <i>Zuleika Stela Chiacchio Torquetti</i> Data: 16/02/07

2 – DISCUSSÃO

A tipificação do auto de infração nº 3377/2005 lavrado em 20.12.2005, por descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental – não implantação do sistema de tratamento dos efluentes líquidos sanitários, conforme condicionante nº 4 da Licença nº 233 de 04/06/2002.

Tal infração classifica-se como gravíssima, tipificada conforme item 2 do parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto 43.127, de 27.12.2002. A empresa foi informada em 20.12.2005 através do ofício OF.DIMET/ nº 831/2005, cujo AR encontra-se apenso no processo.

A empresa em sua defesa alega que implantou uma Estação de Tratamento para seus efluentes industriais e que não iria implantar a ETE para tratamento dos esgotos sanitários, visto que a CESAMA estaria construindo uma ETE no bairro Barbosa Lage, sendo seu esgoto direcionado a esta ETE.

De fato, em dezembro de 2003 a CESAMA informou que estaria construindo o Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário da Região Norte de Juiz de Fora, porém sem citar explicitamente que o esgoto da metalúrgica poderia ser direcionado à rede coletora e tratado em sua ETE, conforme solicitação contida no Auto de Fiscalização de 06/11/2003, e que a obra estaria concluída em dezembro de 2004.

Em 24/11/2005, nova vistoria foi realizada às instalações da empresa sendo constatado que o sistema de tratamento dos efluentes líquidos sanitários não tinha sido implantado, bem como a empresa não conseguiu comprovar o início da operação da nova ETE CESAMA.

As alegações apresentadas pela empresa na defesa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida.

Não há registro de outras autuações além do Auto de Infração nº 3377/2005.

3 - CONCLUSÃO

As alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam as infrações cometidas. Sugere-se a aplicação da penalidade de multa.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 11176/2008	FUND. EST. 18 FL. Nº
Divisão: PAM	
Mat.: Visto: [assinatura]	

PROCESSO Nº: 00309/2001/002/2006

REF: DEFESA RELATIVA AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3377/2005

APRESENTADO PELA: INDÚSTRIA METALÚRGICA MORATORI.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 - A empresa em epígrafe foi autuada como incurso no §3º, item 2 do art. 19, do Decreto 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, pela seguinte irregularidade: "descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental ref. A empresa não implantou o sistema de tratamento de efluentes líquidos sanitários, conforme condicionante nº 4 da Licença de Operação nº 233 de 04-06-2002".

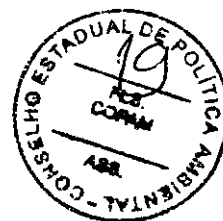
2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A autuada foi notificada conforme AR de fl.05, e tempestivamente apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- todas as condicionantes foram cumpridas, possuindo a Estação de Tratamento de efluentes líquidos em pleno funcionamento, conforme foi constatado pela fiscalização realizada;
- houve redução no número de empregados de 56 para 48, que a capacidade de poluir da autuada (efluentes sanitários) diminuiu;
- ficou constatado que a autuada, havia concluído a instalação da ETE que estaria começando a fazer o monitoramento dos efluentes industriais;
- não possui razão o fiscal ao informar que a autuada não cumpriu o determinado no auto de fiscalização, não fazendo sentido a presente autuação;
- comprova através das declarações do CESAMA, que será construída uma ETE no Bairro Barbosa Lage, e que o esgoto da empresa será tratado nesta ETE, assim, o presente auto de infração deverá ser desconsiderado sendo o mesmo arquivado;
- vem fazendo o monitoramento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos industriais e, enviando o relatório a FEAM semestralmente;
- está provado que a autuada não descumpriu as condicionantes da Licença de Operação e que seja julgado a descaracterização do auto de infração, conseqüentemente arquivado o processo.

[assinatura]

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



3 - O Parecer Técnico informa em síntese que de fato a CESAMA informou que estaria construindo o Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário na região norte de Juiz de Fora, porém sem citar explicitamente, que o esgoto da autuada, poderia ser direcionado à rede coletora.

Informa, ainda, que alegações apresentadas pela autuada na defesa, sob o ponto de vista técnico, não descaracteriza a infração cometida, sugerindo a aplicação da penalidade de multa.

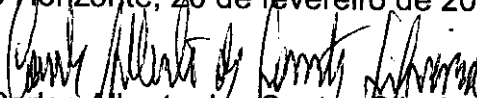
4 - Do ponto de vista jurídico, a autuada não apresentou alegações capazes de descaracterizar a infração cometida.

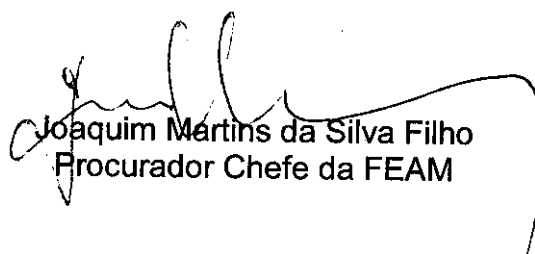
II) CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos a UNIDADE REGIONAL DO COPAM DA ZONA DA MATA, recomendando a aplicação de 1 (uma) multa no valor de R\$ 26.603,56, nos termos do art.1º, inciso III, alínea "b" (infração gravíssima, empreendimento de médio porte) c/c o art.2º, §1º, inciso I da DN/COPAM 27/98, alterada pela DN/COPAM 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2008.


Carlos Alberto dos Santos Silveira
OAB/MG 49.746


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM